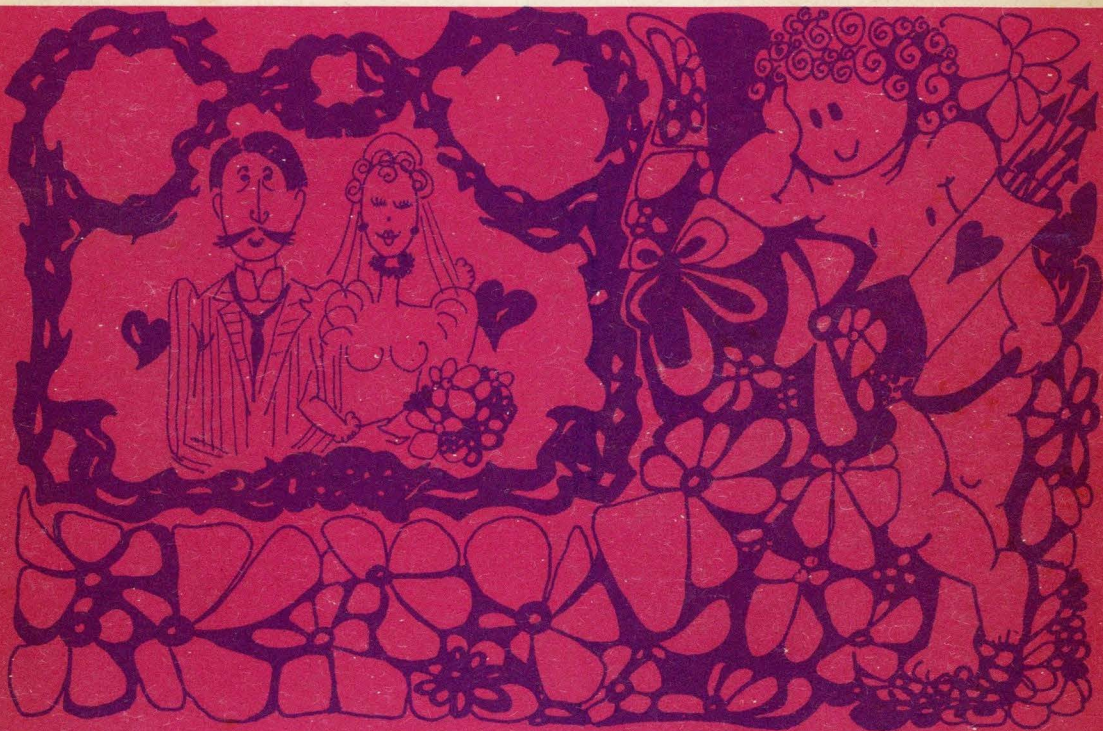


2520

2

cadernos o tempo e o modo



W E S T
I N T E R

INQUÉRITO

falam todos

falam os psicanalistas

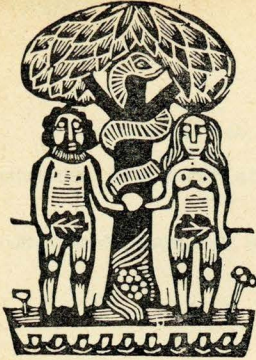
fala um jurista

não falam os padres

ser ou não (pessoa)

ter ou não ter (filhos)

As traduções dos textos literários inseridos nesta secção foram feitas propositadamente para este Caderno por Alberto Vaz da Silva (Henry Miller), A. Alçada Baptista (Jouhandeau) e João Bénard da Costa (todos os restantes)



*Quem pensa não casa
quem casa não pensa
e quem pensa e depois casa?*

O casamento não é uma realidade, definível, mensurável, enquadrável. Se definição quisermos, que nos baste a do Código Civil que, de tão vazia, permite todos os recheios.

O casamento é confirmação de um desejo de relação entre pessoas. Parece, pois, evidente que é aquilo que as pessoas forem que qualificará o casamento.

Olhemos as pessoas casadas e os grupos em que se integram, mais do que o casamento. O casamento em si nada é. Ele é o reflexo e a realização da força interior, da imaginação, do inconformismo e também do bom senso e da experiência das pessoas que se casam. Isto, verificamo-lo a cada passo. Ele faz pessoas felizes e infelizes, chamam-lhe anti-natural, mas não deixam de o procurar, ele é individualizante e cada vez o vemos a tornar-se mais comunitário. Ele é e não é tudo e mais alguma coisa.

E isto porque são pessoas várias, diferentemente integradas e sujeitas a evolução (elas e as estruturas) que se casam.

Esta a razão que nos levou a lançar um inquérito, ao prepararmos o Caderno dedicado ao Casamento, que nos permitisse entregar aos nossos leitores algo mais do que colecções de definições sobre a fidelidade, a sexualidade etc.: pessoas falando com liberdade e com verdade de um problema que tem que ver com a vida toda. Por isso optámos por uma fórmula de inquérito propositadamente longa e palavrosa, que provocasse tomadas de posição de fundo, e não respostas secas e concretas. Por isso optámos depois por uma publicação integral das respostas recebidas, sem um desmembramento por assuntos que seria talvez de leitura menos fastidiosa mas se arriscaria a deixar na sombra o aspecto que nos interessava: uma posição de cada pessoa, visto que é no conjunto do que uma pessoa é e vive que cada opção sua concreta se pode integrar e perceber.

Pedimos respostas a 54 pessoas. Responderam 31. Quase todas insistiram em assinar, embora lhes tivesse sido dada a liberdade de o não fazer.

Nas páginas seguintes, a lista das pessoas que O TEMPO E O MODO interrogou e o texto do inquérito. A seguir, o resultado.

- ALBERTO FERREIRA — ensaísta e escritor
 ALBERTO VAZ DA SILVA — advogado e escritor
 ALMEIDA FARIA — escritor
 ANA MARIA BÉNARD DA COSTA — técnica de educação de crianças cegas
 ANTÓNIO SERRÃO — psicólogo
 BERTINA SOUSA GOMES — técnica do Gabinete de Estudos do Ministério de Assistência
 DUARTE DE ALMEIDA — escritor
 EDUARDO PRADO COELHO — professor liceal e crítico
 EDUARDO VELOSO — ex-assistente da Faculdade de Ciências de Lisboa. Matemático
 FERNANDO ABRANCHES FERRÃO — advogado
 FERNANDO MENDES GIL — filósofo e ensaísta
 FILIPE NOBRE GUEDES — director bancário quadro dos C. P. M.
 FRANCISCO ALVIM — psicanalista
 FRANCISCO SALGADO ZENHA — advogado
 HELENA VAZ DA SILVA — responsável pela Revista Concilium e membro da redacção de O TEMPO E O MODO
 JOANA LOPES — assistente da Faculdade de Letras de Lisboa e membro da junta Central da Acção Católica
 JOÃO DOS SANTOS — psicanalista
 JOHN HORGAN — jornalista católico do «Irish Times»
 JOSÉ CARDOSO PIRES — escritor
 JOSÉ CUTILEIRO — licenciado em medicina, doutorado em antropologia por Oxford
 JOSÉ HERMANO SARAIVA — advogado. Ex-deputado
 JOSÉ MANUEL GALVÃO TELES — advogado
 JOSÉ SERRAZINA — sacerdote
 JÚLIO MOREIRA — engenheiro, escritor
 LAURA LARCHER GRAÇA — engenheira agrónoma, funcionária da FAO, em Roma
 LEO ALTING VON GEUSAU — teólogo, perito do Concílio, secretário-geral da IDO-C
 LEONOR CORREIA DA MOTA
 LUÍS BÉNARD DA COSTA — estudante
 LUÍS MOITA — sacerdote
 LUÍS SALGADO MATOS — estudante
 M. S. LOURENÇO — escritor, bolseiro da Fundação Gulbenkian em Oxford
 MADALENA GERBERT — doutorada em teologia pela Universidade de Munique
 MANUEL DE LUCENA — escritor e jornalista
 MARIA ADELAIDE PINTO CORREIA — licenciada em Medicina
 MÁRIO BROCHADO COELHO — advogado
 MARIA CABRAL
 MARIA DE FÁTIMA LEMOS
 MARIA ISABEL MOTA — professora liceal
 MARIA DE JESUS BELLO — psicóloga (licenciada pela universidade de Louvain)
 MARIA JOÃO SANDE E LEMOS — quadro dos Cursos de Preparação para o Matrimónio
 MARIA JOSÉ CAEIRO — estudante
 MARIA JUDITE DE CARVALHO — escritora
 MARIA PALMIRA DUARTE — Professora do Instituto de Serviço Social, membro directivo da acção católica e quadro das Equipes de Nossa Senhora
 MARIA VELHO DA COSTA — escritora
 NATÁLIA TEOTÓNIO PEREIRA — escritora
 NUNO DE BRAGANÇA — licenciado em Direito, escritor
 NUNO PERES — sacerdote
 PEDRO REIS — licenciado em Direito
 PEDRO PESSOA DE CARVALHO — engenheiro, quadro das equipas de Nossa Senhora
 ROGÉRIO FERNANDES — Director da «Seara Nova»
 TERESA CASTELO BRANCO CABRAL — membro fundador da secção portuguesa do movimento de formação conjugal SDC
 TERESA MARIA DE CARVALHO —
 TERESA RITA — autora teatral
 URBANO TAVARES RODRIGUES — escritor

Texto do Inquérito

I — CONCEPÇÃO DE CASAMENTO: O CONCEITO, COMO É VIVIDO

Para falarmos de casamento há que saber de que estamos falando. Daquilo que a definição fria e jurídica do Código Civil Português (ou até dos Comentários ao Código de Direito Canónico) nos dizem, daquilo que é a realidade vivida pelos casados ou daquilo que nós julgamos que é ou desejaríamos que fosse?

Porque nos parece que qualquer destes aspectos deve ser focado, julgamos útil ter presente, para ponto de partida, a definição jurídica (e canónica) de casamento. Dessas definições partiremos para, nas respostas, considerarmos a realidade do casamento hoje e aqui e, depois, para a tentativa de definição do nosso próprio conceito de casamento.

Diz-nos o Código Civil Português: (Ar. 1577)

«Casamento é o contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir legitimamente a família mediante uma comunhão plena de vida.»

Diz-nos o Código de Direito Canónico (Comentários):

«O Casamento é um contrato legítimo entre um homem e uma mulher mediante o qual se entregam mutuamente o direito perpétuo e exclusivo sobre os seus corpos em ordem a actos que por sua natureza são aptos para engendrar filhos.»

Isto, o que dizem os códigos.

E a história o que nos diz?

Que entre o casamento dos nossos maiores, fortemente institucionalizado e baseado em conceitos de autoridade (masculina), de menoridade (feminina) e de indissolubilidade inquestionável (motivos económico-religioso-sociais) e

o casamento dos nossos menores (filhos ou até irmãos mais novos, mesmo que doutras terras) que às vezes quase se poderia resumir em «tomar umas bebidas e partilhar uns apartamentos até ver», se viveram e vivem tantas hipóteses intermédias quantas as pessoas que são postas a vivê-las.

Partindo das definições atrás recordadas e da linha de evolução esboçada, poderá responder-nos:

— O que é para si hoje o casamento? Continua a encará-lo como na altura em que casou? Se houve evolução nas concepções, em que linha e por que razões? Chega a pôr a própria instituição «casamento» em causa? Radicalmente ou apenas o modo como hoje se vive? Vê pistas possíveis para uma futura evolução?

II — SERÁ O CASAMENTO NECESSÁRIO?

Sendo o casamento uma instituição tão antiga como as mais antigas sociedades organizadas, ele tem sido, por um lado desde muito cedo e em todas as épocas posto em causa por alguns, por outro desde sempre ciosamente conservado e preservado como condição necessária de sobrevivência da sociedade, mesmo quando de uma sociedade como a grega se tratava.

— Qual lhe parece ser a importância desta instituição na sociedade humana? Concebe outro tipo de organização social em que o casamento pudesse ser substituído?

— No plano das relações inter-pessoais, vê na instituição mais vantagens ou inconvenientes?

III — FIDELIDADE: O CONCEITO, COMO É VIVIDO

Fala-se muito de fidelidade e muito se faz e (sobretudo) deixa de fazer em nome dela. É uma palavra-chave, uma palavra-mito, uma palavra-meta, que infunde medo e respeito e que, de tão usada, se pode dizer queimada. Do que ela profundamente significa restará alguma coisa?

Fidelidade será um conceito eminentemente conjugal que significa propriedade sobre o espírito e o corpo um do outro? Ou será uma qualidade de espírito, um tom que se imprime, porque se quer, a uma relação humana (qualquer relação humana)?

Tendo em conta, pois, este alargamento de perspectiva que julgamos importante focar quando de fidelidade se fala, diga-nos:

— A fidelidade tem para si um sentido?

— Pode definir o seu conceito de fidelidade? Ela implica para si uma exclusividade a todos os níveis ou será sobretudo um vínculo fundamental entre duas pessoas não comprometedor da liberdade de cada uma?

— Qual lhe parece ser a importância da fidelidade para o conseguimento de uma relação conjugal viva?

— Parece-lhe possível a coexistência de outras relações de intimidade com a relação conjugal sem quebra de fidelidade?

— Para si, quais são os maiores obstáculos à fidelidade?

IV — LIBERDADE SEXUAL

Nesta expressão estão compreendidas duas realidades que nos nossos dias estão a ser re-interpretadas e re-valorizadas de um modo especial. Hoje é-se sensível à palavra liberdade e à palavra sexo, com tudo o que elas implicam.

— Parece-lhe que uma e outra estão intimamente ligadas ou acha que não?

— O que é para si a realidade erótica? Parece-lhe que tem que ver centralmente com o casamento ou não?

— Nesta linha, como encara a livre manifestação sexual entre pessoas solteiras?

— Parecem-lhe aceitáveis as «experiências pré-matrimoniais»?

— Pensa que deve haver limites nos modos como se realiza a expressão sexual dentro do casamento?

— Qual lhe parece dever ser o lugar dado a expressões sexuais nas relações normais entre pessoas (casadas ou não)?

V — DIVÓRCIO — CASAMENTO INDISSOLÚVEL

Não parece ser possível hoje, como talvez o tenha sido já, atribuir todos os casos de divórcio à inconsciência, comodismo, falta de preparação ou aos baixos instintos das pessoas que se divorciam. Sabe-se que razões humanas concretas e válidas podem levar duas pessoas casadas a pôr-se o problema do divórcio passado muito ou pouco tempo depois de casarem.

Na própria Igreja Católica se nota uma preocupação de abrir frestas sobre esse tão espinhoso problema da indissolubilidade do matrimónio. Começa a perguntar-se se, em casos de uma realidade humana inexistente, poderá falar-se de casamento. E, sendo assim, se alguma vez se poderá garantir a priori que uma união manterá ao longo dos tempos esse mínimo de realidade viva que justifique que se lhe continui a chamar casamento.

Tendo em conta toda a reflexão que àcerca deste problema do divórcio se faz, e tudo o que a sua experiência lhe diz:

— Qual é a sua posição face ao divórcio? O que a fundamenta (motivos religiosos, sociológicos, etc.)?

VI — OS FILHOS

— Como coloca o problema dos filhos relativamente ao casamento? Encara-os como o fim natural do casamento? Pensa que um casamento voluntariamente sem filhos é truncado?

— E qual lhe parece ser o papel do casamento face aos filhos? Crê que há diferença (de qualidade) entre o ambiente que um casamento proporciona e o que pode dar uma concepção de vida baseada na união livre? Que espécie de influência lhe parece que isso pode ter nos filhos?



JOSÉ CARDOSO PIRES

I — CONCEITO DO CASAMENTO

Creio que o casamento, nas sociedades paternalistas, não é apenas o contrato leonino em que a mulher tem a parte minoritária. É simultaneamente e *pour cause* para dois seres livres e conscientes uma protecção contra as pressões autoritaristas dessas mesmas sociedades. Este segundo aspecto, corolário do primeiro, é a meu ver uma alienação ainda mais significativa.

Claro que a oficialização de uma aliança — e será essa talvez a definição de casamento para certos núcleos mais evoluídos — não implica forçosamente uma aceitação total do espírito do acordo desde que na consciência e na prática das partes contratantes isso esteja presente. O aperfeiçoamento das estruturas sócio-económicas, o progresso da educação e a dessacralização do amor é que hão-de possibilitar as novas bases do casamento em termos de mais ampla e mais efectiva liberdade.

II — SERÁ NECESSÁRIO?

Entretanto aqui, no mundo em que vivemos, o problema põe-se como um sintoma de crise — crise de ajustamento das exigências individuais nos esquemas que lhes oferece a sociedade.

O prazer de companhia, o gosto da descoberta e a consciência de liberdade são fenómenos superiores do amor que requerem convívio, maturidade. Cohabitação, numa palavra. (Nos Estados Unidos a palavra *partnership* emprega-se comumente como sinónimo de *casamento*).

Mas cohabitar (ou casar) corresponde, num plano colectivo, a integrar-se um casal na planificação de um determinado programa sócio-económico. Não é por acaso que na raiz dos movimentos políticos surgem invariavelmente novos estatutos, concordatas e parágrafos para corrigirem o compromisso do matrimónio. Daí que, de meridiano para meridiano, se encontrem diferentes definições de casamento e que este, institucionalizado, possa representar um enobrecimento ou, pelo contrário, uma deterioração das relações sentimentais homem-mulher.

III e IV — FIDELIDADE E SEXUALIDADE

Penso que amar é aprender liberdade e que é precisamente na prática sentimental que o indivíduo dá a esta palavra — liberdade — um significado mais pessoal de exigência e mais sublimado.

Sendo assim, a fidelidade está em cada um dos cônjuges. Dura enquanto não se sobrepõe à sua, dele, própria liberdade. Morre e renova-se. Haverá pior coisa do que o amor por piedade? Do que a burocracia inconsciente? Haverá mais cobarde infidelidade?

Sem Marañon ou com Marañon, tenho para mim que o homem de uma só mulher representa o tipo sexualmente mais evoluído. Considero, em contrapartida, o *coureur de femmes* como exemplar desprezível da espécie. Sei que numa sociedade em que o homem está despido de autoridade cívica é na aventura sexual que ele procura afirmar-se,

«autorizar-se». Mas aceito que a par de tudo isto, mil contingências podem levar o ser humano a rasgos da chamada infidelidade. Infidelidade é, acima de tudo, projectar o corpo e o espírito da pessoa que se ama numa outra que se está a amar — e isso só em casos doentios acontece por mais que custe aos bons leitores de Anatole.

Tudo isto — liberdade — está necessariamente ligado ao erotismo que é a expressão humana da vida sexual. Destituída da realidade erótica, dessa «dimensão espiritual» (Malraux), a procriação seria um instinto baixo, a pobreza animal, e o casamento uma aliança sem sentido.

Mas este enriquecimento humano só é possível quando tomado como uma aquisição interior de liberdade e um homem só é livre quando a mulher o for também. Nesta linha as experiências entre solteiros e pré-matrimoniais são etapas indispensáveis numa sociedade em que o casamento é assumido como situação *definitiva* e dificilmente reparável. Ora, a verdade é que só é

duradouro o que não se propõe como eterno...

V — OS FILHOS

Os filhos são uma maravilhosa oportunidade de nos melhorarmos. Enriquecem, como diz a voz comum. No entanto, é em nome dos filhos que se cometem as mais toleradas cobardias e que se pretendem as mais autoritárias projecções. Se Schopenhauer considerava os filhos um vício do amor, a culpa era dele que tinha do amor uma ideia viciada; e também da época, que não proporcionava, neste capítulo, as soluções de arbítrio em relação ao problema de que actualmente se dispõe.

Hoje, 1968, um filho é *finalmente* uma continuação voluntária do amor, não uma consequência biológica que se desejava ou não realizada. Este ponto de partida é de uma importância incalculável porque sobrepõe ao sempiterno argumento da propagação natural da espécie o do íntimo e consciente desejo de consolidar uma aliança física e sentimental.